

Cresce a resistência aos cortes

Muita gente graúda não quer nem ouvir falar do "desmonte". E o governo já antecipa: não haverá extinção de órgãos nem dispensa de pessoal.

O presidente José Sarney e os ministros Maílson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, começaram ontem formalmente a discussão da proposta de orçamento da União para 1989, numa reunião de uma hora e meia no Palácio do Planalto. Mas, por pressões políticas, já estavam descartadas medidas como a extinção de órgãos e demissão de pessoal. Depois de participar com outros líderes governistas de uma reunião com Sarney, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, disse que "o governo não vai extinguir ministérios ou órgãos, mesmo que pequenos". A noite, o porta-voz Carlos Henrique assegurou, após a reunião de Sarney com os ministros: "Dispensa de pessoal seria a última hipótese de trabalho".

Segundo Gadelha, está havendo "muita confusão entre extinguir e privatizar órgãos, pois o que o governo pretende é promover uma privatização maciça". Admitiu que "não há ilusões e que o presidente sabe que virão reações". Ele excluiu políticos como ele, e ministros, dessas reações contrárias, apontando os dirigentes das estatais como os verdadeiros autores das pressões.

Segundo Carlos Henrique, a reunião de quinta-feira de Sarney com todo o Ministério não será conclusiva, pois o governo vai continuar avaliando os detalhes da proposta até o prazo final para sua apresentação ao Congresso Nacional: 31 de agosto. No encontro com os líderes, segundo Gadelha, Sarney garantiu que não vai arcar com o ônus de demitir os funcionários que ficarem ociosos com a privatização de órgãos ou a transferência de encargos da União para os Estados e municípios. Esses funcionários, explicou, seriam também transferidos com os encargos, ficando com empresários, governadores e prefeitos a responsabilidade de decidir sobre seu destino.

Sem ousadia

A intenção de Maílson e João Batista é apresentar uma proposta de orçamento capaz de enxugar o déficit público a 2% do PIB — Produto Interno Bruto — no próximo ano e, igualmente, compatibilizar as despesas com a transferência de receita para Estados e municípios. Desde o início ambos advertem que esses objetivos só serão obtidos graças a medidas duras, mas um assessor do Palácio do Planalto admitiu ontem que a tônica dessa operação Desmonte será apenas a racionalização dos programas, sem ousadias.

Esse assessor exemplifica: um velho programa federal de combate à praga do bicho continha intacto, apesar de seus efeitos sobre a cultura de algodão estarem praticamente eliminados. O ministro da Agricultura, Iris Rezende, aliás, lembra que sempre que há uma alteração no cronograma de sua Pasta ele é consultado por Sarney e previu: "Sei que na hora de tomar uma decisão o presidente vai me convocar para saber minha opinião sobre qualquer mudança na minha área engendrada por outros ministros".

As reações à proposta orçamentária que, ao contrário do que Gadelha afirma partem principalmente dos próprios ministros e dos deputados e senadores governistas interessados em defender posições de seus governadores, têm desabado diretamente na Seplan antes de chegar ao Planalto. "A minha tarefa é sempre uma dor de cabeça", observou o ministro João Batista, contando que "os telefones da Seplan estão congestionados com gente protestando".

Da aprovação do orçamento, no qual está embutida a política de controle de gastos governamentais, depende, por exemplo, a permanência do próprio João Batista e do ministro Maílson no governo. Ontem, contudo, Sarney instruiu os líderes governistas, na reunião de três horas no Palácio da Alvorada, para iniciarem uma intensa campanha de esclarecimento ao Congresso e à opinião pública sobre os novos critérios de elaboração desse orçamento, "que passa a ser a pedra de toque no controle da inflação", segundo o senador Marcondes Gadelha. Além dele, estavam presentes na reunião os líderes do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e no Senado, Saldanha Dérzi, mais o líder do PFL na Câmara, José Lourenço.

Pires na mão

A perda de receita da União com a reforma tributária delineada na Constituinte será de 17,6%, num valor aproximado a Cr\$ 1,3 trilhão de hoje, e por isso Gadelha não acredita na opinião do assessor palaciano de que as medidas serão apenas periféricas. "O governo entende que o orçamento tem um caráter revolucionário", declarou. "A intenção é acabar com a imagem dos governadores e prefeitos de pires nas mãos, em busca de verbas federais. Aliás, a própria Constituinte está tratando de acabar com isso", afirmou o senador.

Ricardo Chaves



Sarney com Maílson e Abreu: momentos de decisão?